

Questão 2

Para compreender as relações no interior do Império ultramarino português é fundamental ter a crítica aos historiadores agrapha que estabelece o Pacto Colonial como um modelo de absoluta exclusividade comercial da colônia com a metrópole, numa relação simples de exploração. Ainda que a relação entre a metrópole e a parte ultramarina do Império não fosse de igualdade, historiadores como João Fragoso têm nos apresentado pesquisas que apontam para ~~uma~~ autonomia de poderes locais e o estabelecimento de relações comerciais no Atlântico que não passam pela metrópole. Dessa forma, o autor cunha o termo Monarquia Pluricontinental.

Entender estas relações de poder passa por compreender que o próprio Estado Moderno não consegue ser absoluto por completo em seu território continental. Autores como Robert Eliaz atentam para o fato de que o monarca precisava sempre negociar com a corte, "dividir" poder com ela, para obter estabilidade e prosseguir com seus planos. Da mesma forma, somando-se ainda os entraves da longa distância, as autoridades ultramarinas fazem o papel de corte local com a qual o rei precisa negociar para manter seu Império.

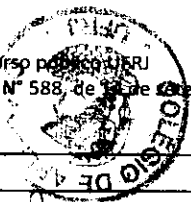
Desta relativa autonomia emergem diversas formas de comércio triangular. Gêneros produzidos na parte ultramarina do Império são levados para a África com o objetivo de obter escravos. Ao longo dos anos este comércio se torna extremamente lucrativo e enriquece e empodera uma classe comerciante que não tem relações fortes de dependência da metrópole.

No caso do Império português Manuel Espinosa afirma que não havia protocolos para a resolução de problemas políticos ou administrativos. Cada caso era resolvido individualmente e que evidência a falta de um projeto colonizador.



sem definido. Na prática, no mundo Atlântico isso significa
coisa que os problemas jurídicos, administrativos e políticos
eram resolvidos pela autoridade local

Na América espanhola a expressão desta autonomia
local está nos Cabildos. Ainda que a coroa espanhola tenha se
preocupado em criar estas instituições de controle e nomeado
Cabildos de confiança para administrá-los (os *crueles*), com o
passar dos anos estes ganharam enorme autonomia, se tornaram
a elite local e acumularam muito poder local. Este processo foi
fundamental para que no século XIX seus descendentes insistissem
em aprofundar sua autonomia e obter independência.

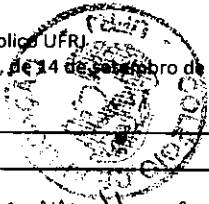


Questão 1

A formação sócio-econômica do Brasil é marcada pela construção de um modelo agro-exportador que por um lado produz uma classe dominante dependente do capital internacional e por outro coloca para grande parte da população o problema do acesso à terra. Esta situação coloca a questão rural no topo dos conflitos sociais da república desde movimentos como canudos e contestado até os dias atuais.

O modelo agro-exportador foi classificado por Florestan Fernandes como capitalismo dependente. A situação da burguesia de sócia menor do capital internacional não permite que isto tenha recursos para promover uma reforma agrária sem que a manutenção de seus privilégios esteja ameaçada. Portanto, o surto industrializante e modernizador promovido por Vargas durante o Estado Novo foi acompanhado de uma regulamentação trabalhista que não se estendia ao trabalhador rural justamente para não ameaçar o patronato rural. Contudo, ainda que o Estado tentasse privar o trabalhador rural de qualquer cidadania a década de 1970 viu nascer as Ligas Camponesas, organização popular camponesa que vai formular a reivindicação de uma reforma agrária.

Nos anos 1960 a luta de reforma agrária vai se unir às outras reivindicações populares nas "Reformas de Base". Segundo Florestan Fernandes o que estava em curso neste período, muito longe de uma ruptura revolucionária, era o alargamento da democracia restrita em curso. De fato reformas que democratizassem a distribuição de renda, qualidade de vida etc. promoveriam um acesso à cidadania nunca experimentado no país. Contudo, perante a recusa do Congresso de aprovar a reforma e a declaração do então presidente João Goulart no comício da Central "reforma agrária na lei ou



na marinha, a ação de um setor do empregariado foi o golpe em 1964. Este golpe, de caráter civil militar, perseguiu e assassinou as antigas lideranças das Ligas Camponesas, que acabaram desmanteladas.

O regime se converteu em uma ditadura que aprofundou o processo de modernização conservadora. Isso significa dizer que a modernização não veio acompanhada de direitos e a questão do acesso à terra não estava encerrada. Ao contrário era ainda tão latente que no contexto de destinação política ressurge como movimento organizado.

Fundado nos anos de 1980 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tem origem no sul do país, onde a constituição histórica local havia permitido a disseminação da pequena propriedade rural familiar. Contudo, em algumas áreas, o latifúndio sempre ameaçou a permanência das pequenas propriedades e a crise promovida pelo fim do "milagre econômico" aprofundou o número de pequenos produtores sem terra. Neste sentido é interessante notar que o MST nasce de camponeses que tiveram acesso à terra e pioraram sua condição social. Mas a questão da terra é tão latente no país que seu grito atingiu trabalhadores rurais de todos os cantos.

O MST se tornou um movimento nacional, insentido pelos setores progressistas da Igreja e aliado ao também nascente Partido dos Trabalhadores (PT).

Tendo em vista sua força mobilizadora, pode-se considerar uma vitória do movimento que a constituição de 1988 tenha incluído em seu texto o compromisso de promover Reforma Agrária. Contudo, a própria constituição apresenta diversos entraves para que este compromisso saia do papel e começar pela defesa da propriedade privada como item inalienável. Porém esta luta permitiu que o MST crescesse



Propagando a ideia de que o acesso à terra é um direito. Assim, nos anos 1990, ainda que fossem alvo de muitas repressões o MST promoveu diversas ocupações às latifundiárias improdutivas, obtendo vitórias em alguns casos e construção de assentamentos.

Os anos de democracia que seguiram o Estado Novo do golpe de 1964 assistem a um certo florescimento artístico impulsionado pelas novas patamaras que a indústria cultural alcança no País, tendo como principal exemplo a popularização do rádio. Neste sentido, chama a atenção a valorização de alguns elementos da cultura popular em especial da cultura negra que outrora eram perseguidos. O caso mais emblemático talvez seja o Samba, que a partir do Estado novo reverteu uma política de valorização por parte do Estado, como culto ao nacionalismo e a este produto brasileiro tão autêntico. Política essa que se estendeu até o seu segundo governo.

Compreender as razões pelas quais uma cultura perseguida passa a ser valorizada exige do professor mostrar aos alunos que interesses estão em jogo e que partes desta cultura estão sendo selecionadas para atender a estes interesses. No caso dos governos nacional-democratacristãos fica claro que a valorização de um produto cultural de "raiz" tem uma função fundamental de construir uma subjetividade de uma nação próspera, criativa, cheia de potencial e feliz. O samba incentivado não é aquele que fala do conflito e do sofrimento, mas o samba animado e as escolas de samba que contam nossa história gloriosamente. Somado a isso não há porque se proibir um gênero tão popular quando a indústria está crescendo e enriquecendo com a audiência nas rádios, os discos e nos discos vendidos e etc. Esta cultura não vai passar impune a este processo, ainda que tente resistir à apropriação, com movimentos como o Teatro Alimão, que usava a música de Zé Keti como hino de resistência a mudanças forçadas, a expressão ao espetáculo dava o recado de que a incorporação ~~na~~ da cultura popular e negra era selada. Posteriormente Nelson Sargento lamentou sobre o samba "E impuseram outra cultura".

Este processo oferece ao professor a possibilidade de trabalhar um paralelo histórico com o Funk. Sendo o funk um gênero de origem popular e negra (tão popular que costuma fazer sucesso entre os alunos da educação básica), sofre um intenso processo de ressignificação, que apresenta inclusive um novo sentido político de ressignificação ao funk, quando é associado à guerra as drogas tem resultado similar de extermínio do povo pobre e negro que era perseguido nos primórdios da samba.

Porém o funk também é um gênero muito lucrativo, que movimentou forte indústria e está sujeito às propostas estéticas que o torna mais lucrativo. Propor aos alunos pensar em paralelos entre o funk e o samba, além de ser um ótimo recurso para explicar o conteúdo do período proposto permite compreender os padrões de desmontagem histórico da cultura popular sempre sujeita à exclusão e seleção.

Por fim é necessário propor aos alunos a reflexão sobre sua contemporaneidade. O que está em jogo quando a discussão é criminalizar o funk ou reconhecê-lo como cultura?

Uma atividade interessante é analisar as letras das músicas "periféricas" de funk e de samba, comparando com as letras que foram para o mercado. Nesse processo de seleção podem ser revelados os principais interesses em jogo.